

As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes

Igor Gastal Grill*

Resumo: O artigo examina a dinâmica de constituição de patrimônios políticos e as modalidades de sua transmissão e apropriação por agentes inscritos em “famílias” e partidos no Rio Grande do Sul. No primeiro momento são analisados os recursos e trunfos acumulados por grupos familiares que se notabilizaram pela ocupação de cargos ao longo do século XX. No momento subsequente, o enfoque recai sobre os processos históricos, as bases sociais de interconexão, as alianças e as redes subjacentes à fixação de uma *genealogia simbólica*, o “trabalhismo gaúcho”. As dimensões de estudo privilegiadas neste artigo referem-se às estratégias empregadas pelos agentes de valorização e de “resgate” das diferentes “tradições políticas” neste estado, de reprodução do capital político, de celebração de seus “fundadores”, de gestão da memória e de uso do “legado”.

Palavras-chave: Heranças políticas; memória e recrutamento de elites.

As “heranças políticas” se expressam das mais variadas formas na competição política¹, constituindo-se indissociavelmente como instigantes processos sociais a serem

* Mestre e Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Professor de Ciência Política e Sociologia da UNISC, UNIRITTER e FARGS.

E-mail: igorgrill@terra.com.br; igorgrill@hotmail.com

¹ Utiliza-se a expressão heranças políticas na dupla acepção adotada no conjunto de trabalhos apresentados por Patriat (1992, p. 12-13), isto é, como resultado de laços de parentesco resultantes de uma descendência ou de casamentos (parentesco por consangüinidade ou por aliança) e por vínculos de parentesco político, ou seja, sistema de relações inseridas em uma tradição política ou força política cuja forma de enunciação busca na matriz do parentesco biológico o vocabulário e a forma de ordenar os elos hierárquicos.

analisados em si mesmos e como instrumento de compreensão de dinâmicas históricas mais amplas de seleções políticas. Por este motivo, o artigo aqui apresentado toma como objeto as lógicas, os processos e os mecanismos de transmissão política que incidem sobre o recrutamento de lideranças políticas no Rio Grande do Sul nas últimas décadas².

O tratamento das “heranças políticas”, tal como empreendido neste artigo, recobre as três espécies de capital político caracterizados por Pierre Bourdieu (1989), a saber: o capital pessoal de notoriedade, o capital delegado e o capital pessoal heróico. São estes “as fontes de mobilização que [o herdeiro] detém quer a título pessoal, quer por delegação” (Bourdieu, 1989, p.190) e, portanto, condizentes, respectivamente, com as formas de delegação do capital político acumulado pela “família”, pelo partido ou pelo líder carismático. O vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal quanto como um processo de investidura da instituição familiar, assim como a seleção interna aos partidos promove a capitalização de uma “história política” simbolizada pelas etiquetas, mas simultaneamente dependente das *redes* de relações no partido, personalizadas pelas lideranças, e dos trunfos simbolizados pelos líderes carismáticos.

Por conseguinte, o capital de notoriedade adquire importância fundamental pois remete aos recursos pessoais que possibilitam que o “homem político” seja “reconhecido pelos demais cidadãos, diplomado, economicamente poderoso, dispondo de relações numerosas entre seus pares, seus companheiros, autoridades administrativas e política e clientelas diversas” (Gaxie, 1993, p.79). E este conjunto de elementos é sobrevalorizado quando percebido como algo inerente à “família” e passível de transmissão. Sendo assim, os movimentos

² O artigo expõe alguns resultados de uma pesquisa (Grill, 2003) que abordou as modalidades de heranças familiares e simbólicas que incidem na seleção de quadros políticos nas duas últimas décadas.

que tornam possíveis as transmissões são anteriores à luta política e envolvem muitas outras lógicas.

A inscrição em uma genealogia familiar, bem como o “trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir as relações duráveis” (Bourdieu, 1980, p. 03) permite a transmissão e a apropriação do capital simbólico (Bourdieu, 1989) e das gratidões e compromissos acumulados pelos ascendentes. Portanto, o candidato a herdeiro precisa comprovar a proximidade, a lealdade e os compromissos para com o ascendente com vistas a se apresentar como depositário do patrimônio político. Este é, ao mesmo tempo, avaliado globalmente, pois se refere ao prestígio coletivo, e depende dos recursos pessoais acumulados por cada um dos indivíduos entrelaçado nesta genealogia.

No que se refere à delegação do capital político por meio de um partido, esta se fundamenta na transmissão e nas estratégias de apropriação de recursos coletivos, tais como a sigla, a legenda, as realizações e os feitos ao longo do tempo. No duplo processo que envolve a seleção interna seguida da designação do sucessor a partir da instituição, e os investimentos individuais resultantes da incorporação do patrimônio coletivo, está em jogo o uso da “visibilidade”, da “antiguidade”, da “notoriedade” e da “identidade” fornecida pela empresa política (Offerlé, 1987, p. 45). Aos homens políticos cuja estrutura de capital é dominada por recursos coletivos, pode-se contrapor aqueles para os quais predominam os recursos pessoais (Gaxie 1993, p. 79-80). No caso dos primeiros, estes devem sua ascensão ao papel de mandatário de organizações e agrupamentos. Todavia, as modalidades de recursos e trunfos transmissíveis por uma empresa política dependem do tipo e da estrutura de capitais gerenciados no seu interior, e a possibilidade que um agente dispõe para se tornar o sucessor é condicionada pelas qualidades e atributos pessoais do mesmo e a compatibilidade destes com a imagem e o patrimônio do partido (Gaxie, 1993; Offerlé, 1987). Interferem também as formas de conexão hierárquica entre os aderentes, as retribuições, materiais

e simbólicas, possibilitadas pela “organização”, e as gratificações retiradas da militância pelos agentes. O entrecruzamento destas variáveis configura o potencial de identificação e associação com a sigla e com os ascendentes no partido, disponível para cada “homem político”. Chama a atenção nestes processos a referência à linguagem da sucessão familiar (herdeiros, genealogia, linhagem, cria, etc.) para conceber transmissões no interior de partidos políticos.

A noção mais pertinente para observar a maximização destes vínculos entre os agentes políticos atuantes em um contexto periférico é aquela de *redes políticas*, uma vez que elas remetem aos empreendimentos políticos – não necessariamente dotados de continuidade no sentido dado por Weber (1987) – e são congruentes com as concepções e práticas políticas centradas no princípio da reciprocidade. As *redes políticas* podem auxiliar na compreensão dos sistemas de classificação, desvios e distinções relacionais em constante atualização e das condições de *elegibilidade* (Abélès, 1989). A noção de *elegibilidade* consiste nos atributos presentes nos candidatos que permitem que este seja o depositário do patrimônio de uma linhagem, com o consentimento dos demais membros, e, principalmente, com o reconhecimento dos eleitores que no mesmo identificam a memória de posições e de posicionamentos. Ao lado da noção de *elegibilidade* afirma-se, logo, a centralidade do estudo de *redes*. Definidas como tecidos relacionais, dotadas de plasticidade e garantidoras do acesso a cargos político, mas acima de tudo uma referência que situa os indivíduos na memória política local – reativando as crenças e existência dos grupos – e uma fonte de perpetuação dos sentidos que animam a política como atividade especializada – atualizando a configuração de lutas e classificações em pauta (Abélès, 1989, p. 58). Outro meio de aplicar a noção de rede política é apreender as teias de relações maximizadas por indivíduos (Landé, 1977; Mayer, 1977), o que se torna viável mediante o detalhamento das alianças verticais e horizontais, baseadas na reciprocidade, a partir de *estrelas de primeira grandeza* ou de *egos focais* que centralizam e unificam

suas ramificações. O primeiro esforço de síntese destas perspectivas foi efetuado por Sawicki (1997).

Finalmente, um dos principais fundamentos das “tradições políticas” é a referência ao líder carismático e a luta travada pelos seguidores em apoderar-se de seu espólio político. Tratando especificamente de herdeiros políticos de líderes carismáticos, as investigações sobre Jacques Chirac e Leonel Brizola, respectivamente efetuadas por Annie Collovald (1999) e João Trajano Sento-Sé (1999) privilegiam a persistência, a plasticidade e a inventividade dos processos de construção de heranças carismáticas. O carisma imputado aos herdeiros políticos é entendido como “produto de intenções e interações contrárias” e de “um trabalho propriamente político de constituição e apropriação” (Collovald, 1999, p. 276). Além disso, consiste na ressemantização das figuras carismáticas e na articulação entre memória e esquecimento das referências emblemáticas, aliando-as às narrativas identitárias para “formular estratégias de intervenções políticas” (Sento-Sé, 1999, p. 90-102).

A partir de personagens carismáticos “fundadores” de “famílias de políticos” e de “tradições políticas” é possível ainda reconstituir os mecanismos de transmissão e de produção de continuidade por meio dos elementos apontados por Muxel-Douaire (1987), quais sejam: “a referência mítica”, “a intermediação da memória nas gerações seguintes” e a “adesão à evidência bem fundamentada” explicitada pelo reconhecimento do “passado comum”:

Este excesso de exemplaridade (...) nos permite observar certos mecanismos de transmissão, e de estudar mais particularmente três características sobre as quais toam apoio as condições de constituição, logo de perpetuação de uma tradição: em primeiro lugar, o papel de um personagem fundador, figura portadora da tradição, cuja ação e a personalidade servem de referência (...); em seguida a necessária presença de personagens

intermediários, particularmente encarregados à cada geração de transmissão da tradição, enfim o reconhecimento de evidência bem fundamentada da tradição mesmo confrontada à história e à prova do tempo, que estabelece a adesão e a coesão do grupo em relação a ela (Muxel-Douaire, 1987, p. 74).

Para os herdeiros a possibilidade de encarnação do carisma e vinculação com o “fundador”, a “referência mítica”, e com o “passado comum” se localiza na comprovação da posse de atributos, de biografias e posicionamentos que manifestem a sua proximidade e sua associação, no sentido de vínculo pessoal, de dedicação à “causa comum”, de compromisso com o “legado” e de fidelidade aos “princípios”.

Usos das Heranças Políticas, Diversificação Social e Transmissão Familiar

Debruçando-se sobre 42 “famílias de políticos” que se notabilizaram no exercício de funções eletivas no Rio Grande do Sul chegou-se a informações acerca dos usos das heranças captados mediante entrevistas, dos perfis e dos itinerários de 167 “homens políticos” atuantes no estado e fora dele apreendidos por meio de depoimentos reunidos e pesquisas em repertórios biográficos. Os dados reunidos referem-se à utilização do vínculo de parentesco, à origem social e geográfica e aos perfis profissionais e escolares dos protagonistas de disputas eleitorais a elas pertencentes.

As estratégias de apresentação pessoal e familiar dos protagonistas desvelam a importância deste elo entre candidatos e ocupantes de cargos eletivos para a legitimação da permanência da “família” na política, para a afirmação dos sucessores e para o exercício das atribuições condizentes com o papel de mediador de redutos e segmentos. Já os indicadores como cidade de origem, período de ingresso, profissão dos políticos da “família”,

profissão do pai do primeiro político na “família”, profissão do primeiro político; profissão do último político, escolarização do pai do primeiro político; escolarização do primeiro político; e escolarização do último político, aliados aos dados sobre períodos e regiões de atuação, mostram as transformações dos padrões de recrutamento ao longo da história política e do território sul-rio-grandense³.

Le Bart (1995) se dedica à discussão acerca das potencialidades e formas de tratamento de materiais autobiográficos, especificamente no que concerne à análise de entrevistas. Segundo ele, “se um relato autobiográfico pode ser creditado como de pouca verdade, é menos pela referência à realidade passada dos fatos narrados que por referência à realidade presente de uma apresentação de si preocupada em articular eventos passados e de os colocar em relato, de os conferir um sentido” (1995, p.159). Na sua acepção, as entrevistas com “herdeiros” são possibilidades ímpares de problematizar as “histórias de vidas” e de apreender as representações de agentes, dos quais se fala muito, mas aos quais pouco tem se “dado a palavra” para falar acerca das “heranças”. Neste sentido, “(...) é forçoso constatar que se muitos cientistas políticos observam o fenômeno da hereditariedade no seio da classe política, e se a maior parte lamenta não poder com rigor os contabilizar, raros são aqueles que se interrogaram sobre a maneira como a herança é vivida para aqueles que dela se beneficiam” (Le Bart, 1995:150).

Adotando esta orientação, buscou-se compreender os entrecruzamentos e as sínteses entre os dois universos (familiar ou privado e político ou público) em dois sub-relatos que narram por um lado o cotidiano da “dimensão privada” (nascimento, infância, casamento, escolha profissional, etc.) e por outro lado da “dimensão pública” (eleições, mandatos, candidaturas, posicionamentos, etc.). Verificou-se, pois, que tais sub-relatos não são paralelos, mas imbricados, um sub-relato interfere no

³ Ver Grill (2003)

outro constantemente, conferindo aos agentes identidades ímpares entre os seus pares.

O imbricamento de esferas faz emergir uma idéia de vocação política que se relaciona com *gestão de patrimônios políticos familiares*. O patrimônio político é o conjunto da reputação coletiva e das bases de fidelidade acumuladas pelo grupo familiar. Assim, “é o reconhecimento de um status, de um conjunto de direitos que lhe são reconhecidos em nome da origem familiar (...), mas é também um conjunto de deveres que lhe são imputados pela posição” (Briquet, 1992, p.159). Deste modo: “Se o valor de um patrimônio político familiar é avaliado globalmente sob a forma de prestígio coletivo, ele depende também daqueles recursos que dispõem cada membro pertencente” (idem, p.162).

Este conjunto de lógicas permite elucidar um dos aspectos fundamentais de constituição de herdeiros políticos: o reconhecimento da vocação política. Trata-se de mecanismos de interiorização individual dos “projetos familiares”. O trabalho de memória familiar, a aquisição de uma familiaridade com os lugares e com as linguagens do espaço político e a construção de uma identidade social (auto-estima do grupo familiar), são resultados de em um longo trabalho de conversão de imperativos ligados às estratégias globais de reprodução de um grupo familiar em uma idéia de “vocação pessoal”.

A aceitação da herança representa, por seu turno, o resultado dos mecanismos de inculcação de disposições. Estes processos não são tomados mecanicamente, mas como ajustes entre as disposições (transmitidas, herdadas e adquiridas no interior das “famílias”) e a constituição de sentidos práticos relacionados a determinados jogos sociais e, ao mesmo tempo, interferindo sobre as regras destes jogos (Bourdieu, 1997). A “vocação política” é, então, o produto do encontro entre disposições, investimentos e coações referentes ao espaço político que se define pela aquisição de uma *libido social*. As recompensas simbólicas provenientes da adesão ao universo político dependem da crença no jogo e da predisposição em agir

em nome da satisfação em jogá-lo. Com efeito: “A ação pedagógica inicial [familiar] encontra sua principal força notadamente quando ela visa desenvolver a sensibilidade a uma forma particular do capital simbólico, nesta relação originária de dependência simbólica” (Bourdieu, 1997, p. 200).

Algumas invariâncias podem ser constatadas no conjunto de relatos que caracterizam as relações de parentesco e seu peso político para os entrevistados. Por um lado, a apresentação dos trajetos pessoais e familiares destaca os vínculos de parentesco como trunfos consideráveis e que abarcam diferentes domínios das suas práticas. Por outro lado, enfatizam a existência de fatores externos e imponderáveis como fontes de desestabilização dos empreendimentos familiares e que configuram momentos de provação, desafio e teste para os pretendentes à sucessão.

O parentesco na política adquire eficácia e legitimidade para estes agentes e para as suas “famílias” por três associações que são acionadas entre seus itinerários e os trunfos derivados dos laços familiares. Em primeiro lugar a possibilidade de maximizar o reconhecimento desfrutado pela família e sua inscrição na memória política local por meio da valorização do “nome da família”, da “imagem da família” e dos “feitos da família”. Em segundo lugar, a diferenciação entre os pares, viabilizadas pela familiaridade com o meio, pela sociabilidade com a política e com os políticos na esfera doméstica e pela precocidade do contato com rituais e linguagens que marcam o funcionamento da esfera. E, finalmente, em decorrência destas duas modalidades de trunfos (derivados do reconhecimento e da familiaridade), observa-se acessos (a postos, nominatas, cargos, órgãos, imprensa, etc.) possibilitados pelos vínculos de parentesco que incidem sobre o potencial de trânsito destes agentes no espaço social e político.

As narrativas procuram enfatizar a reputação da “família” e dos “homens políticos” a ela pertencente, associando a história familiar a currículos políticos, a demonstrações de condutas morais e a realizações pessoais. Situam as “imagens”

dos grupos familiares de acordo com identidades que acreditam ser a eles atribuídas. A demonstração da confiança gozada pela “família” junto às “comunidades” é reivindicada, por sua vez, pela auto-atribuição de *valores* e *categorias* compartilhadas no seio dos seus espaços de interações. Isto é, definem os líderes políticos de acordo com o conjunto de regras ou atributos que informam os critérios de excelência social e política, com os quais se avaliam os agentes no interior de uma comunidade.

O “nome” aparece com símbolo catalisador desta reputação, do crédito social acumulado pela “família” ou do *capital simbólico* (Bourdieu, 1989). Na auto-apresentação, os entrevistados se localizam nas cadeias de apropriação destes trunfos assim como de execução das obrigações e deveres condizentes com os lucros daí retirados. Entre estes se encontram a renovação dos laços e dos padrões de comportamento. Os papéis políticos desempenhados pelas diferentes posições nos grupos familiares são lidos como atestados de continuidade dos modelos de condutas e os resultados políticos obtidos são interpretados como retribuições do cumprimento das atribuições.

Assim sendo, os entrevistados mostram como absorvem destes vínculos competências, habilidades e relações precocemente construídas. Quer dizer, a centralidade deste pertencimento a uma “família de políticos” para a caracterização dos seus trunfos aponta para a formação nesta esfera de agentes predispostos socialmente à atividade política e precocemente familiarizados com os objetos e práticas em pauta na lógica concorrencial da política. Destaca-se a relevância dada à iniciação e à transmissão de linguagens, códigos e modos de comportamento realizada na “família” em detrimento das referências a outras instituições como os partidos, sindicatos, movimento estudantil, etc. A ênfase entre os entrevistados na participação ativa nos empreendimentos políticos familiares apontam ainda para aquisição de atribuições e responsabilidades políticas, logo de treinamento para a atividade, desde a infância e a adolescência. .

Afora isto, esta familiaridade expressada nos relatos expõe o acúmulo do capital de relações sociais e políticas possibilitadas pelo parentesco e pelo investimento nos laços de parentesco. Este contato precoce e cotidiano com os protagonistas políticos se constitui como um importante recurso de inserção e trânsito na esfera especializada. Estas figuras notórias, em geral, são *egos focais* (Landé, 1977) a partir dos quais se formam redes ou *conjuntos de ação* (Mayer, 1977).

Os entrevistados explicitam ainda os usos destas reputações (nome, biografia, inscrição na memória local, etc.), desta familiaridade e deste capital de relações sociais como acessos a esferas e cargos. No papel de mediação, o trânsito que é propiciado pela proximidade autoriza os demais papéis de comunicação e intermediação entre as localidades e as esferas de poder mais centrais e de porta-vozes ou intérpretes do estado, da região, da etnia e dos segmentos representados. Em sentido contrário o trabalho contínuo de diversas gerações de intermediação e de integração simbólica entre os espaços políticos centrais e periféricos garante aos descendentes vias e contatos para circular entre os profissionais.

Esta confluência de fatores se choca com as representações acerca de tecnologias e atores vistos como desestabilizadores ou desafiadores. A esfera midiática (jornais, campanhas eletrônicas, marketing político, poder da comunicação, etc.) é identificada pelos entrevistados como elemento de complexificação do espaço político e das transformações das formas de “fazer política”. Suas apreciações expressam a idéia de despersonalização das atividades eleitorais e políticas, bem como da constituição da exigência de empresas dotadas de maior agilidade e racionalidade incompatível com as “formas tradicionais”. Entre as “famílias” deslocadas dos principais postos políticos estes movimentos são classificados como sinais de degradação da política e da sociedade. Porém a ocorrência e a eficácia destas tecnologias não são inconciliáveis com a continuidade de determinadas “famílias” na política. Entre aquelas mais bem sucedidas na transmissão, tais condicionantes

são concebidos como necessidades inerentes à modernização do empreendimento político, e alguns dos profissionais oriundos de jornais, rádios e televisões já produziram herdeiros políticos nas suas “famílias”.

É importante reter, então, que três lógicas de diferenciação são constantemente acionadas pelos entrevistados: o reconhecimento da reputação familiar, a familiaridade com o meio e os acessos advindos do parentesco. Estas estão imbricadas na construção dos líderes políticos e são indissociáveis nas narrativas acerca dos trajetos políticos. Logo, a reputação aparece como garantia de trânsito na esfera política e de estabelecimento de relações com políticos destacados, assim como é a origem dos acessos permitidos pelo parentesco na arena das posições eletivas, partidárias ou dos cargos públicos. Do mesmo modo, as “vivências” no meio e os contatos com lideranças políticas desde a infância e ao longo dos itinerários pessoais são percebidos como sinais do prestígio familiar e como trunfos a serem convertidos nas disputas por vagas nas nominatas, por postos políticos ou por cargos eletivos. Finalmente, os acessos viabilizados pelos laços de parentesco são avaliados como comprovação da reputação gozada pela “família” e da intensidade dos vínculos políticos acumulados por elas no meio político. Isto sem falar que nos processos inter-geracionais aqui estudados, o acesso à determinada posição e em certo momento é uma das fontes da reputação e da familiaridade na geração seguinte.

Sendo assim, além de entrecruzarem-se de forma sincrônica nas auto-apreciações dos agentes, tais dimensões se mesclam de forma diacrônica nas lógicas de acumulação e reprodução do capital político das “famílias”. Os processos de “sucessões” e de “transmissão de heranças” delineiam circuitos de retro-alimentação da notoriedade familiar para os quais

contribuem as diferentes bases sociais e suas modalidades de justificação⁴.

O processo de diversificação social e de alinhamentos partidários ao longo do século XX evidenciados na sociedade gaúcha pela produção historiográfica local, por sua vez, constitui um cenário profícuo para “uma observação mais global das linhagens políticas e percepção das relações muito mais diversificadas entre resistências familiares e mudança social” (Patriat, 1992, p. 06). Isto porque, neste estado, combina-se o fenômeno de absorção de “elites” ligadas à imigração e afirmação de agentes com posição social de origem mais baixa no espaço de competição política, assim como a ênfase na importância da “tradição partidária”. Sendo assim, chega-se a um cenário de transformações na estrutura social, de afirmação política de novos segmentos e de exaltação de etiquetas políticas. Há, então, uma dinâmica social em movimento contínuo de realocação de forças nos planos econômico, demográfico e político.

O desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico da “Metade Norte” do estado em detrimento da sua “Metade Sul”, composta pela Região Sul, Campanha e Fronteira-Oeste, demarcam transformações estruturais da “sociedade gaúcha” como as que seguem: 1) a substituição gradativa, no espaço político gaúcho e nas próprias regiões de atuação destes, dos grandes fazendeiros e do seu modo de dominação, calcado na combinação de funções militares, econômicas e políticas, que caracterizavam o “mundo da estância”; 2) a ascensão social e política de descendentes de imigrantes em “regiões coloniais” e a valorização do “espírito empreendedor” e da identificação étnica, política e religiosa entre estes contingentes sociais. Ao mesmo tempo, ocorre a ampliação da oferta de títulos escolares, principalmente em universidades “católicas” ou “comunitárias”

⁴ A análise do conjunto de depoimentos e a ilustração dos trechos de entrevistas encontram-se em Grill (2003), principalmente na seção intitulada Reputação, Vocação e Acessos (Grill, 2003, p.115-139).

(localizadas majoritariamente no interior do estado), iniciada na década de quarenta e intensificada nas décadas de cinquenta e sessenta, o que impulsionou a afirmação de mediadores locais e a proliferação de “ideologias” ou “movimentos sociais” caracterizados como “movimentos comunitários” (cooperativismo, associativismo, etc.) ou ligados ao sindicalismo de diferentes matizes e categorias.

Seguem-se, então, algumas diretrizes apontadas por Coradini (1998, p. 227-229), no tocante às modalidades de legitimação presentes nesta associação com o passado e sua eficácia política e eleitoral. Em primeiro lugar, a localização na fronteira e a herança do caráter escravista e hierarquizado da sociedade gaúcha, na qual o exercício da dominação se realizava através das armas, da política e das guerras de facções que marcaram os conflitos políticos, são aspectos que contribuem para a construção da imagem dos “heróis militares”. Em segundo lugar, a emergência de setores da “pequena burguesia” dotados de capital cultural, e descendentes de famílias de imigrantes, se reflete nos investimentos com vistas à “reafirmação e redefinição da identidade étnica” e na criação de uma “nova simbologia” que exalta a “ideologia do trabalho” e da “ascensão social”. E, em terceiro lugar, a expansão das vias de escolarização e a propagação de “ideologias e posições ditas de esquerda”, repercutiu na afirmação de novos mediadores e na proliferação de reinterpretações da história local e invenções de “novas mitologias”. Para Coradini (1998, p.232) o processo de transmissão do “poder político” em condições periféricas, como o contexto brasileiro e especificamente o sul-rio-grandense, se dá via a combinação de uma concepção de política baseada no princípio da “reciprocidade” ou do “dom” e na personificação de “qualidades”. Por conseguinte, a concepção social hierarquizante e a naturalização da diferenciação entre representante e representado, bem como o peso dos princípios de legitimação carismática e da personificação dos trunfos, criam as condições de transmissão através da fidelidade do séquito e pela encarnação do carisma. Desta maneira, as tentativas dos “candidatos a

herdeiros” em estabelecer uma maior ou menor proximidade social e ideológica com os líderes e heróis consagrados, com base nas dinâmicas sociais e nos princípios de hierarquização elencados acima, conformam as disputas pelas “heranças”, a apropriação dos “legados” e perpetuação dos “patrimônios”.

Três vias de acesso ao espaço político e transmissão familiar que convivem no cenário eleitoral nas duas últimas décadas são detectadas: 1) a reconversão de “famílias de estancieiros” para a profissionalização política; 2) a reconversão para a política de “famílias de comerciantes” que se tornaram empresários; e 3) a reconversão da inserção em movimentos católicos, comunitários, cooperativistas, sindicais em bases de liderança política. As três vias de acesso se mostram eficientes no trabalho de transmissão familiar do patrimônio político às gerações seguintes.

Entre os candidatos a deputado estadual e federal no período compreendido entre as eleições de 1982 e o pleito de 2002, alguns se destacam por integrarem famílias de descendentes de grandes estancieiros majoritariamente situados na “Campanha” e “Fronteira-Oeste”. Estes possuem ascendentes marcados pela reconversão do patrimônio econômico e do capital de relações sociais e políticas herdadas e adquiridas em carreiras profissionais e em trajetórias políticas bem sucedidas em diferentes momentos da história política gaúcha. Além disso, estas “famílias de políticos” ingressaram há mais tempo na política partidária. Alguns possuem como momento de entrada na política o final do século XIX e início do século XX, e outros se inseriram nas redes partidárias nas décadas de quarenta e cinquenta e desempenham funções de mediação e liderança política mesmo antes de ingressar na arena eletiva.

A primeira via de acesso, portanto, tem origem em “famílias” estabelecidas socialmente desde os séculos XVIII e XIX, ligadas ao “mundo da estância” e às carreiras de “elite” (sobretudo militares) que marcaram o território sul-rio-grandense. No século XX, investiram majoritariamente na escolarização dos seus descendentes nas instituições de ensino

localizadas em Porto Alegre (principalmente naquelas dedicadas à formação militar e nas faculdades de direito, engenharia e medicina). Sofreram a concorrência, na segunda metade do século XX, de segmentos que ascenderam a partir da mediação de “regiões coloniais”, e foram confrontados com transformações estruturais na sociedade gaúcha. Seus redutos passaram a possuir menor importância demográfica e econômica e perderam parte do controle que acumularam sobre redes de dependentes na órbita das grandes propriedades rurais, assim como sobre as disciplinadas máquinas políticas estaduais que interligavam os níveis municipal, regional e estadual da política gaúcha.

Podem ser citados como pertencentes a estes perfis de “famílias de políticos” os seguintes protagonistas da vida política gaúcha nas últimas décadas: Arlindo Vargas (PTB), João Vicente Goulart (PDT), Octávio Caruso Brochado da Rocha (PDT), Sérgio Ilha Moreira (PPB), Tarso Genro (PT), Néelson Jobim (PMDB), Eduardo Abreu (PSB) e Frederico Antunes (PP)⁵. Como se observa, não há uma correspondência direta entre tal posição social de origem e perfis partidários. Os alinhamentos são determinados por reconversões ideológicas ao longo das gerações e pelo estabelecimento de novas alianças verticais e horizontais.

Desta forma, as “famílias” mais bem sucedidas eleitoralmente nas últimas eleições são aquelas que passaram por declínio econômico ou político e reconverteram seu capital de relações sociais e a reputação local em carreiras profissionais e políticas. A adaptação e a antecipação às novas condições de disputa, logo a especialização e a profissionalização política, aumentam em proporção ao bloqueio social e político experimentado. São os casos das “famílias” do atual ministro Tarso Genro e da sua filha, a atual deputada federal Luciana

⁵ Para uma descrição detalhada destes grupos familiares, ver a seção intitulada Do Mundo da Estância à Profissionalização Política no trabalho Parentesco, Redes e Partidos: As Bases Sociais das Heranças Políticas (2003, p. 177-210).

Genro (filho e neta de um político com origem ligada ao latifúndio da fronteira-oeste, ligado às famílias Vargas e Goulart e cujo ascendente perdeu seu patrimônio econômico); do deputado estadual Frederico Antunes (descendente de uma família de grandes proprietários rurais na fronteira-oeste, cujo avô foi deputado estadual e secretário de estado, mas a geração seguinte não conseguiu se manter na arena eletiva) e do ex-deputado federal Néelson Jobim (neto de um ex-governador e filho de um ex-deputado estadual cujos ascendentes dilapidaram o patrimônio econômico formado por propriedades rurais na “metade sul”), que alcançaram importantes resultados eleitorais nas duas últimas décadas. Estas podem ser contrapostas às “famílias” do ex-deputado estadual Sérgio Medeiros Ilha Moreira (descendente de militares, políticos e estancieiros da “metade sul”), do ex-deputado estadual João Vicente Goulart e de seu filho Christophe Goulart (filho e neto do ex-presidente e grande proprietário rural João Goulart), do ex-deputado federal Francisco Caruso Brochado da Rocha (filho, neto e sobrinho de políticos com grande destaque na esfera política e jurídica até o início dos anos sessenta) e dos descendentes de Getúlio Vargas, que acumularam derrotas nos últimos pleitos mas conservaram os empreendimentos rurais como atividades predominantes..

Quanto à segunda via de acesso e reprodução familiar no espaço político, esta se refere aos descendentes de comerciantes (sobretudo vinculados à imigração alemão, italiana e árabe) que se afirmaram como “empreendedores locais” e como importantes mediadores de regiões. Os casos de descendentes de imigrantes italianos, alemães, sírios e libaneses em atividade política, contrastam com os descendentes de “tradicionais famílias” com raízes no “grande latifúndio” ou ligadas às carreiras jurídicas e militares ou, ainda, a ocupantes de posições políticas centrais em plano estadual e até mesmo nacional. Para a grande parte destas “famílias de políticos” o trajeto é distinto. São descendentes de mediadores locais cujas “famílias” originalmente se dedicaram à agricultura e principalmente ao comércio e que adquiriram destaque econômico e social em determinadas áreas a partir do

patrimônio e do capital de relações que foram conquistados, assim granjeando postos políticos. O ingresso destes na arena eletiva ocorre majoritariamente entre as décadas de vinte e cinquenta por posições locais e alcançam postos mais elevados na hierarquia política e projeção estadual crescente nas décadas seguintes.

Podem ser classificados como pertencentes a este perfil de “famílias de políticos” os seguintes “homens políticos”: o ex-deputado federal Paulo Mincarone, seu pai o igualmente ex-deputado federal Aquiles Mincarone, e seu filho, o ex-deputado estadual Marcelo Mincarone (PTB); o ex-deputado federal Aírton Dipp (PDT), filho do também ex-deputado federal Daniel Dipp; o ex-deputado federal Guido Moesch (PPB) e seu filho, o vereador em Porto Alegre Beto Moesch; o ex-deputado federal Adolfo Fetter Júnior (filho, sobrinho e neto de políticos) e sua esposa, a atual deputada estadual Leila Fetter (PP); o ex-deputado estadual Gleno Scherer (filho e irmão de políticos) e seu filho, o candidato a deputado estadual em 1998 Alfredo Scherer Neto (PTB); o ex-deputado federal Otávio Germano, seus irmãos igualmente ex-deputados e seu filho, o deputado federal eleito José Otávio Germano (PP); o ex-deputado federal Clóvis Ilgenfritz da Silva (PT) e seu pai Ruy Ilgenfritz da Silva; o ex-deputado federal Ruy Nedel (PMDB) e seus irmãos e seu sobrinho que ocuparam cargos locais no noroeste do Rio Grande do Sul; o suplente de deputado estadual Edson Meurer Brum (PMDB) e seu irmão, o prefeito de Rio Pardo Edvilson Brum (filhos e netos de políticos); entre outros⁶.

Como é possível perceber não há, como na modalidade anterior, uma concentração destas “famílias” e padrões sociais em determinada sigla ou pólo de alinhamento partidário. Tampouco é possível vincular determinada origem social ou

⁶ As informações sobre as origens sociais e os itinerários, assim como as narrativas de consagração dos grupos familiares encontram-se no trabalho supra citado (Grill, 2003) em especial na seção denominada Da Ascensão Social à Especialização Política (p. 211-253).

étnica às correntes existentes na política gaúcha. Estes alinhamentos obedecem a vínculos pessoais cultivados pelos antepassados e atualizados nas gerações seguintes. As relações destas lideranças locais com personalidades da política estadual e com dirigentes partidários condicionam significativamente os itinerários partidários.

Estes se afirmaram progressivamente nas redes que perpassam os principais partidos do estado mediante o controle de redutos eleitorais e o sucesso alcançado como empresários. Investiram na escolarização dos seus filhos, principalmente em instituições de ensino superior “católicas” ou “comunitárias”, e maximizaram os títulos profissionais e escolares ao longo das gerações com vistas ao exercício da mediação política. O acúmulo de cargos conquistados em idade precoce e a dedicação de um ou mais membros de uma geração à atividade política e eleitoral sedimentaram a liderança destas “famílias” no estado.

Finalmente, a terceira via de acesso ao espaço político e de sucessão familiar reside em “famílias de políticos” com posição social de origem mais baixa e afirmação política decorrente do envolvimento com o catolicismo de diferentes matizes, engajamento em sindicatos, cooperativas, movimento estudantil e posterior reconversão destas inserções sociais em bases eleitorais. Diferem-se do padrão anterior por dois aspectos. Em primeiro lugar, ingressam na arena eletiva mais recentemente. O ingresso dos primeiros “homens políticos” na esfera partidária se deu majoritariamente a partir da década de cinqüenta e em alguns casos nas duas últimas décadas. Em segundo lugar, não apresentam ascensão social prévia ao ingresso na competição eletiva tão acentuada quanto os anteriores. Alguns inclusive possuem posição social de origem bastante baixa (os pais dos primeiros políticos são pequenos agricultores, pescadores, pequenos comerciantes, carpinteiros, metalúrgicos, etc.). Portanto, compõem uma variação do padrão descrito anteriormente, pois alguns códigos e inserções, assim como as formas de conceber o “trabalho político” são semelhantes. O capital político derivado da militância e da

atuação junto a segmentos profissionais (como agricultores, peões de estância, bancários, pescadores, metalúrgicos, professores, estudantes, etc.), assim como aquele proveniente da inserção em movimentos católicos e “comunitários” ligados a organizações estudantis, cooperativas, instituições educacionais, permitiu a afirmação política de determinados agentes e de “família de políticos”. A ocupação de postos políticos e os mandatos consecutivos conquistados, por sua vez, contribuíram para a ascensão social das “famílias” e para a constituição de um patrimônio político transmitido no interior das mesmas.

Fazem parte deste perfil de “famílias de políticos” os seguintes quadros políticos em atividade nas últimas eleições: o ex-deputado federal Néelson Marchezan e o seu filho, deputado federal eleito em 2000 Néelson Marchezan Júnior (PSDB); o deputado federal Osvaldo Biolchi e seu filho, o deputado estadual Marcio Biolchi (PMDB); o ex-deputado federal e atual senador Paulo Paim e seu filho, o ex-vereador de Canoas Jean Paim (PT); o ex-deputado federal Getúlio Dias e seu filho, o ex-vereador de Pelotas e candidato a deputado estadual em 1986, Uil Dias (PDT); o deputado estadual Bernardo de Souza (filho e sobrinho de políticos) e sua esposa, a ex-deputada estadual Hilda de Souza (PPS); o ex-vereador e ex-suplente de deputado estadual Percival Puggina (PP) e seu pai, o ex-deputado estadual Adolpho Puggina; o candidato a deputado estadual em 1994 e ex-prefeito de Pelotas Anselmo Rodrigues e a sua filha, a ex-suplente de deputada estadual Adriane Rodrigues (PDT); o ex-deputado estadual Eugênio Néelson Ritzel e seu filho, o ex-deputado estadual, ex-prefeito de Novo Hamburgo e ex-deputado federal Paulo Ritzel (PMDB); o ex-deputado Romildo Bolzan e seu filho, o ex-prefeito de Osório e candidato a deputado federal em 1990, Romildo Bolzan Júnior (PDT); o ex-deputado federal

Wilson Branco e seu filho, o atual deputado estadual Janir Branco (PMDB), entre outros⁷.

Como decorrência desta diversificação social, há uma diferenciação nos relatos captados nas entrevistas quanto às estratégias de apresentação destes agentes e da suas “famílias”. Entre os descendentes de “famílias de políticos” ligadas a segmentos mais “tradicionalistas” são consagrados atributos como a inscrição dos antepassados nas principais disputas militares e políticas que marcaram a sociedade gaúcha no século XIX e primeira metade do século XX, enaltecendo os feitos heróicos e as qualidades como protagonistas compatíveis com o que Coradini (1998, p. 227) caracterizou como a congruência entre uma estrutura de dominação social e um tipo de heroísmo militar, social e político. Como decorrência disto, há a transmissão e a apropriação da imagem de político calcado na raridade dos títulos e da formação escolar, bem como na inculcação de uma especialização na gestão dos negócios públicos, acompanhada da resistência à profissionalização política como dedicação exclusiva e fonte principal de rendas. Isto implica em uma “situação [em que] o próprio exercício político é visto como doação (...) e [na qual] a utilização de recursos para o exercício político pode ser apresentada e vista como a ‘doação’ de alguém estatutariamente situado num nível mais elevado” (Coradini 1998, p. 232).

Entre os descendentes de “famílias de políticos” que se estabeleceram socialmente da primeira metade do século XX e politicamente na segunda metade do século XX, assim como entre aquelas que possuem posição social de origem mais baixa, predominam a valorização da ascensão social e política e dos investimentos escolares e o trabalho de reafirmação e redefinição da identidade étnica, religiosa e regional. Segundo Coradini (1998, p. 227-228), isso incide na fixação de “novos heróis”

⁷ O perfil e os percursos de afirmação e reprodução de tais grupos familiares foram alvo de tratamento minucioso e encontra-se em Grill (2003, 254-282) na seção intitulada Da Militância à Especialização Política.

baseados em “novos princípios e critérios de hierarquização social”.

Nestes mecanismos de consagração dos protagonistas políticos das “famílias” estão em pauta, então, para os herdeiros, a associação, a propagação dos valores e a caracterização da sua proximidade e semelhança com os antepassados pelas quais nas “lutas políticas, e particularmente as eleitorais (...), a própria imagem pode ser ‘herdada’ por ‘associação’ ou aproximação com os heróis consagrados” (Coradini, 1998, p. 232).

Assim, os primeiros (descendentes de famílias ditas “tradicionais”) sublinham a longevidade dos grupos como “elites” locais, dão especial ênfase aos títulos escolares, ao acúmulo de cargos políticos e às carreiras profissionais e marcam seu pertencimento ao círculo das lideranças políticas estaduais. As justificativas das opções escolares e profissionais (inclusive a carreira política) aparecem associadas às influências familiares, no entanto os agentes enunciam com menor frequência o uso destes laços como recurso eleitoral. A continuidade da “família”, no meio profissional e político, é classificada como decorrente como uma “qualidade inata”, um “gosto”, uma “habilidade”, uma “vocação pública”, e assim por diante.

Estas estratégias de apresentação do perfil pessoal e familiar articulam-se com as concepções de política e com a avaliação sobre o parentesco na política. No que diz respeito à definição da política, os entrevistados ressaltam como valores dos ascendentes e deles próprios o cultivo de um “espírito público” e a “fidelidade a princípios ideológicos”. Estas categorias genéricas procuram associar o exercício da atividade política ao domínio de uma “erudição humanista” e à capacidade de pronunciar-se sobre “temas genéricos”. Sobre os apelos mais localizados, os entrevistados dividem-se entre afirmar o esforço em contrabalançar as atribuições mais “nobres” da política e a manutenção dos redutos, ou em evitar discorrer sobre as relações com as bases eleitorais. Da mesma forma, ao avaliar o peso nas carreiras do parentesco com outros políticos, os relatos procuram minimizar a sua importância. Assim como evitam ao máximo

qualquer menção à instrumentalização eleitoral dos vínculos de parentesco, reduzem a influência à socialização, ao conhecimento do nome e à familiaridade com o meio político. Em geral, os cálculos eleitorais (transferência de redutos, auxílio dos parentes, utilização da mesma rede de apoiadores, etc.) são bem menos presentes, e os destinos políticos são explicados com o auxílio das categorias acima elencadas: “vocação pública”, “erudição”, “formação”.

Por seu turno, os políticos pertencentes às “famílias” mais recentes na atividade política, descendentes de imigrantes ou com origens sociais mais baixas, com carreiras escolares e profissionais mais periféricas, demarcam outros elementos nas suas apresentações pessoais e na reconstituição da história familiar. A ascensão social partindo de uma origem mais baixa ou das dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes são a tônica das narrativas. Além disso, os títulos escolares, as passagens por instituições de ensino e as ocupações são integradas nos esforços mais gerais de afirmação social e política dos grupos familiares. Assim, os usos destes títulos para o fortalecimento das funções de mediação política se sobrepõem à busca de erudição, formação, entre outras. Mesmo quando estes políticos se tornam professores (universitários ou não) ou especialistas em determinados temas, as atividades do magistério ou as “habilidades técnicas” são vistas como uma das formas de acesso aos cargos, como uma missão política, como um recurso para o exercício dos postos e/ou como uma posição através da qual falam em nome da “região”, do “município”, da “origem étnica”, de uma “categoria profissional”, entre outras.

Assim como as “famílias tradicionais”, estas também possuem uma série de expressões para definir a atuação política e de valores para caracterizar os membros com atuação política. Também remetem a idéias genéricas que frisam o “trabalho comunitário”, a “proximidade”, os “contatos”, o “atendimento”, e assim por diante. Os agentes, por sua vez, são classificados com base em critérios que englobam qualidades pessoais, envolvendo, valores de obtenção de estima social como

“empreendedorismo”, “sucesso profissional”, “capacidade de trabalho”, “espírito comunitário”, “superação”, “obstinação”, entre outros. Os políticos em atividade se esforçam em demonstrar a posse de tais qualidades e a habilidade de adaptá-las aos novos cenários e exigências de disputa eleitoral.

A Genealogia Trabalhista⁸

Neste segundo momento, o foco recai sobre a valorização e a utilização política de uma *genealogia simbólica* (Abélès, 1992) pelo que se convencionou chamar no “meio político” de “tradição trabalhista”. A disputa pela “herança trabalhista” no Rio Grande do Sul permite apresentar uma série de processos interligados. Possibilita expor o imbricamento entre a referência à linguagem familiar e as relações entre atores políticos, as redes de grupos familiares interconectadas por alianças verticais e horizontais no espaço político regional e a transmissão do patrimônio político familiar, incluindo recursos, bases eleitorais e cargos eletivos.

Esses níveis de análise foram empregados por Marc Abélès (1992) para estudar como a referência familiar desempenha um papel importante nos processos de legitimação política. Abélès apreendeu as diferentes expressões desta mescla de registros, que aciona o universo público e o universo privado, em diferentes níveis de disputa política observadas na França. Assim, no plano local evidencia-se a importância da “transmissão em linha direta de um verdadeiro patrimônio político [isto é] a memória das posições políticas que ocuparam os diferentes ascendentes, mas igualmente um elemento ideológico distintivo que é possível transmitir pelo parentesco” (Abélès, 1992, p.82). No plano regional, o espaço político

⁸ Esta seção é uma versão muito resumida do capítulo 4 da tese de doutorado defendida em 2003. O capítulo recebeu o seguinte título: Parentesco, Carisma e Partido: a construção da herança trabalhista no Rio Grande do Sul, ver Grill (2003, p. 283-402).

comporta e é estruturado por redes de parentescos interconectadas no qual “pode-se qualificar de elegível aquele que é assim filiado a uma rede política de parentes e aliados”, ou seja, possui “uma qualidade principalmente relacional” pela qual “a atração pelo viés da filiação e da aliança às redes políticas locais é um fator não negligenciável” (1992, p.87). Finalmente no plano nacional, as metáforas com a família e com o parentesco permeiam as disputas políticas no cume da hierarquia política e a “referência simbólica a um ascendente torna-se [igualmente] um fator não negligenciável de ascensão política” (1992, p.92).

Contudo, na dinâmica em pauta é possível atentar, por meio da *genealogia simbólica* construída a partir da crença no “trabalhismo” e da fixação de sentido que lhe atribuem um caráter de “tradição política”, para o amálgama entre as modalidades de construção de heranças (transmissão familiar de patrimônios políticos, inscrição em redes de famílias e usos de metáforas). Ademais, são indissociáveis nos variados níveis (municipal, regional ou estadual) de disputa na política gaúcha.

As razões pelas quais os agentes procuram sistematicamente recriar esta “linhagem” estão ligadas a uma série de particularidades. Entre elas, o êxito de seus porta-vozes em associar os ícones desta “tradição” (Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e João Goulart) à história política gaúcha, logo em consolidar uma “genealogia” que se consolidou enquanto “idéias” e enquanto “marcos objetivos” (datas, gerações, monumentos, eventos, memória, etc;) e dela retirar lucros simbólicos. Afora isto, é uma vertente cujo patrimônio é disputado por vários políticos de diversos partidos, o que gera uma dispersão de atores e de narrativas em conflito nos diversos níveis de disputa política. Nestes diferentes partidos articulam-se redes de lealdades que permeiam distintas posições nas hierarquias partidárias e gerações de homens políticos e abrangem o conjunto do território sul-rio-grandense. No interior destas redes convivem “famílias de políticos” com “origem trabalhista” cujos membros herdaram fidelidades e rivalidades e

construíram alianças verticais e horizontais ao longo de seus itinerários.

Este enfoque permite, por seu turno, que os partidos políticos e as redes que utilizam esta “memória política” sejam caracterizados sob um novo prisma, centrado na intersecção entre os trajetos individuais e coletivos e os usos da “tradição política” como recurso de mobilização eleitoral. A propósito do uso feito pelos atores de referências que visam estabelecer um atestado de durabilidade e de continuidade, e assim reivindicar a encarnação de um conteúdo ideológico, Offerlé (1987) questiona a pertinência do tratamento das categorias utilizadas pelos agentes como conceitos sociológicos. A luta por fixar “genealogias partidárias” e “linhagens políticas” é, segundo ele, parte integrante do trabalho de classificação dos próprios homens políticos e dos analistas da política. Para ele, contudo, isto não exclui a relevância do estudo da dimensão metafórica que ativa a linguagem familiar (filiação, parentesco, tradição, linhagem, descendência, etc.) e “das lutas que se realizaram em diversos campos para o reconhecimento social de sua existência e (...) as características desta existência” (Offerlé, 1987, p.17). Do mesmo modo sugere:

Bourdieu pode mostrar para os indivíduos (...) que nós existimos através do nome próprio, atestado visível de seu portador através do tempo e dos espaços; mas restituir as múltiplas histórias de vida é analisar as posições e os deslocamentos de um mesmo indivíduo biológico nos espaços sociais diferentes. A história de um partido deveria ser olhada sobre este modo: além do designador rígido que é a sigla, conviria analisar os usos diferentes que são feitos no tempo e no espaço e de mostrar como o estabelecimento da associação partidária *é também um trabalho constante de reivindicação de uma identidade única e contínua; e este trabalho é tanto mais importante quanto a empresa singular pretende encarnar a essência de uma família política* (Offerlé, 1997:119, grifos meus).

Assim sendo, nesta seção são mapeadas as redes políticas que formaram os partidos que reivindicam o uso da herança, as reclassificações, cisões, fusões, mudanças de siglas. Para tanto, embora não seja possível considerar tais organizações como empresas dotadas de continuidade (no sentido weberiano), é possível caracterizá-las com empreendimentos e conjunto de empreendedores em disputa, uma vez que, de acordo com Offerlé (1987), a noção de empreendimento e de empreendedores na política “trata de um tipo particular de relação na qual os agentes investem capitais para recolher lucros políticos produzindo bens políticos” (idem:22). Segundo a sua definição, estes agrupamentos podem assumir maior ou menor durabilidade e atuar em mercados políticos diferenciados, bem como serem estruturados por divisões mais ou menos estruturadas e se expressar na forma de *cliques*, facções e *clubes*. Da mesma forma, eles podem ser apresentados como *campos de forças*, o que implica em interações e cooperações concorrenciais, ou como espaço de concorrência nos quais os agentes dotados de recursos e disposições socialmente estruturadas disputam a definição legítima acerca do partido e o direito de falar em seu nome.

Outro aspecto aprofundado neste momento refere-se à transmissão do carisma. O exame do trabalhismo no Rio Grande do Sul desvela simultaneamente as lógicas, as tensões e as ambivalências das estratégias de apropriação do carisma do ascendente por parte dos candidatos a herdeiros. A ambigüidade entre o caráter extraordinário e efêmero do líder e o uso da sua imagem em nome de uma “tradição política” emerge em vários momentos históricos. Ademais, convivem e disputam atores que se sustentam na combinação e triagem de diferentes princípios de legitimação desta sucessão.

Utilizando a tipologia de Max Weber (1987:197-199), os agentes lançam mão da *tradicionalização*, da *legalização*, da *designação*, da *entronização*, da *sucessão hereditária* e da *objetivação em cargos e postos*. Em outras palavras, reivindicam o papel de sucessores reivindicando a posse de qualidades

semelhantes ao ancestral e o reconhecimento disto por parte dos demais seguidores; a afirmação de técnicas de revelação que são aceitas e seguidas pelo séqüito; a nomeação do líder; a indicação do quadro administrativo; a idéia de que o carisma é uma qualidade associada ao “sangue” e à “hereditariedade”; e a crença nas qualidades e na eficácia do posto assumido. Contribuem para tanto o desejo da comunidade conduzida carismaticamente a identificar uma nova encarnação do líder, mas principalmente os interesses de discípulos e partidários em incorporar uma parcela do prestígio e da notoriedade desfrutada pelo líder. Em todos esses casos, pressupõe-se a migração e transfiguração do carisma pessoal para uma instituição, no caso da política para a “família” ou para o partido.

Do mesmo modo, a ascensão dos principais “ícones” do trabalhismo ao centro da política nacional e a repetição deste processo em várias gerações fixou um elemento de continuidade na “tradição política”. Recorrendo à caracterização de Geertz (1997), observa-se que a transcendência que os grandes líderes de vários períodos desfrutaram pela raridade das posições alcançadas, pela exposição pública e pela proximidade com os centros da vida política, atualizou a disputa pela encarnação do “legado” e demarcou rituais de renovação das “imagens” dos líderes. O reconhecimento por parte dos seguidores da centralidade ocupada por seus líderes e os investimentos na apropriação deste *capital heróico* (Bourdieu 1989, p.191), que simboliza “feitos” políticos e militares em tempos de crise ou a ascensão política de descendentes de imigrantes com origens sociais baixas, contribuiu para a perenização dos vultos e para a reinvenção da “tradição”.

Outro viés de investigação, no que tange à transmissão do carisma que o trabalhismo no Rio Grande do Sul permite evidenciar, dirige-se aos efeitos das disputas e embates entre os protagonistas sobre a legitimidade de encarnar a “herança”. Como demonstrou Collovald (1999), as apresentações biográficas que visam entre outras coisas consagrar ou contestar o estatuto de herdeiro para determinados personagens, acabam

reforçando a importância simbólica do patrimônio político dos ancestrais e imputando o papel de herdeiro mesmo àqueles sobre os quais pesam desconfianças e questionamentos. A sucessão do carisma é, então, resultante de trocas políticas cujos resultados e desfechos são imponderáveis, atuando para tanto “coações e oportunidades, itinerários possíveis e improváveis, ações e reações” (Collovald, 1999, p. 276). Isto conduz à revisão da tese weberiana que se concentra sobre o reconhecimento dos profanos nas virtudes extraordinárias do líder e exige o tratamento da *identidade carismática* como resultante de um trabalho político de constituição e apropriação, assim como dos “usos profissionalizados do carisma que o fazem durar e perdurar para além das situações de crises das quais ele origina” (Collovald, 1999, p. 278).

Finalmente, cabe ressaltar que a associação entre carisma e perenidade no caso do trabalhismo, não necessariamente levou à mera rotinização ou à perda do reconhecimento dos seguidores quanto à extraordinariedade dos líderes. Este é o argumento defendido por Sento Sé (1997) a respeito do “brizolismo” no Rio de Janeiro e parece ser adequado para o caso do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Sento Sé define esta recriação do carisma como produto da *estetização da política*, pela qual ocorre uma congruência entre visões de mundo, construções discursivas e formas de enunciar, narrar e celebrar a história da própria coletividade. Nestas narrativas com passado, presente e futuro, os líderes são o centro de referência, o condutor de um projeto e a encarnação da auto-imagem da sociedade.

Assim, por um lado, as demonstrações de lealdade aos antepassados e as proximidades familiares, políticas e sociais com os “ícones” ligados a esferas transcendentais e perenes da vida social ativam a “tradição política”. Por outro lado, o trabalho político de reinvenção, de adaptação e de concorrência por encarnar o passado realizado pelos agentes e as imagens e atributos capazes de vinculá-los à história local e à “linhagem” permite a transmissão ou apropriação do carisma.

A construção da “linhagem” cujo alicerce fundamental é o posicionamento na memória de uma “tradição política” articula diferentes modalidades de heranças desveladas no estudo em pauta (familiares, partidárias e carismáticas). No caso analisado neste capítulo, a apreensão desta *genealogia simbólica* intitulada de “trabalhismo” contempla nas suas fronteiras alianças verticais diacrônicas com ancestrais e sincrônicas com seguidores que administram patrimônios políticos locais sob a base familiar. Além disso, combina transmissões no interior de “famílias” e constituição de “genealogias” no plano estadual e local que utilizam tanto o parentesco biológico e por aliança, quanto o simbólico ou por cooptação. Portanto, as duas perspectivas de análise (transmissão familiar local e edificação de *genealogias simbólicas*) não são excludentes, mas complementares.

No caso da “tradição trabalhista”, além de reproduzir no seu interior os perfis de “famílias”, de “homens políticos” e as modalidades de legitimação das “heranças”, através das suas *redes* e agentes, é possível explicitar esta diversidade social e de critérios de atribuição da “excelência social” entre os ícones da *genealogia simbólica*, assim como apreender a lógica de consagração das referências míticas (os “fundadores”), de transmissão da memória pelos personagens intermediários (os “herdeiros”) e de adesão à crença na continuidade pelos seguidores dos líderes de *redes* políticas em atividade na política gaúcha.

As “raízes da tradição” são buscadas (com variações e composições) no “positivismo” (para Vargas) e no “catolicismo” (para Pasqualini), logo nas lutas políticas e militares que remetem ao final do século XIX e início do século XX e na identificação étnica, religiosa e comunitária. Os dois “fundadores” do antigo PTB ou as suas “referências míticas” são modelos exemplares e complementares de casos bem sucedidos de duas das vias de acesso ao espaço político e de transmissão do “legado”. Um dos ícones (Getúlio Vargas) é descendente de “estancieiros” e militares, advogado e galgou as principais

posições políticas no Rio Grande do Sul e no país a partir da participação destacada nas disputas entre facções e entre máquinas militarizadas. O outro (Alberto Pasqualini) é originário de uma “família de imigrantes”, teve forte identificação com a Igreja Católica, percurso escolar ascendente, atuação junto a cooperativas, movimentos sindicais e comunitários e uma carreira política que inicia como vereador, passa por cargos de primeiro escalão e culmina com candidaturas ao governo do estado e uma cadeira no senado.

Na geração seguinte as disputas colocam em conflito agentes com o perfil diversificado. Entre as lideranças que se afirmaram como “herdeiros da tradição”, João Goulart e Leonel Brizola, observam-se a diferenciação quanto à posição social de origem e a importância do parentesco “por aliança”. O primeiro era filho de estancieiro e militar em São Borja, estudou direito na UFRGS, fazia parte do círculo de relações de Getúlio Vargas e se afirmou por meio da propagação desta proximidade, dos trunfos adquiridos com este vínculo e da capacidade de trânsito que adquiriu em um amplo espectro de esferas de atuação. Este leque de inserções incluía desde o “mundo da estância”, passando pela direção partidária e a ocupação de cargos no Rio Grande do Sul e no país até chegar à vinculação com o movimento sindical e com forças políticas de expressão nacional. O segundo é filho de “pequeno agricultor” em Carazinho que ascendeu política e socialmente. A exemplaridade do percurso é demarcada pela escalada na carreira política a partir de condições desfavoráveis e de forma precoce. A imagem do líder é caracterizada pelo uso dos meios de comunicação, pela facilidade de comunicação com as massas, pelas iniciativas de “caráter popular” e pelo “heroísmo” das ações (inclusive armadas). A simbiose destes códigos e a complementaridade entre os papéis dos “cunhados” tiveram efeitos decisivos para a conquista da “hegemonia interna” e para a perpetuação do “legado”.

Os adversários internos na concorrência pelo uso da “legado” nesta “geração de trabalhistas” também refletem a diversificação social das “elites políticas”. Um deles, José Diogo

Brochado da Rocha, que entrou em conflito com João Goulart e Leonel Brizola na década de cinquenta, é filho de militar, com destacada atuação no PRR, e irmão de outros quadros políticos que se projetaram no cenário político e partidário nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta. José Diogo ascendeu no interior da máquina partidária ligada Vargas. O outro, Fernando Ferrari, líder de uma dissidência que deu origem ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR), é filho de um comerciante de origem italiana que se tornou o principal mediador no município de São Pedro do Sul e prefeito desta cidade. Fernando Ferrari foi influenciado pela formação no catolicismo e pela relação pessoal com Alberto Pasqualini, se dedicou à “defesa dos agricultores” e da “categoria dos contadores”, se dedicou inicialmente à mediação da região de origem e deste modo ascendeu paulatinamente às posições centrais na política brasileira. O último, Pedro Simon, é filho de um comerciante libanês e iniciou a carreira como vereador em Caxias do Sul. Marcado igualmente pela formação no catolicismo, se inseriu na rede de lideranças próximas a Pasqualini, contou com o “parentesco por aliança” com Siegfried Heuser (um quadro denominado de Pasqualinista e ex-presidente do PTB e do MDB que era cunhado de Pedro Simon), se consolidou como liderança partidária estadual e se tornou um dos principais quadros do MDB e do PMDB em âmbito estadual e nacional.

Entre eles, ao longo da segunda metade do século XX se formaram rivalidades e alianças que fomentaram, pela disputa em relação ao “legado” e pela associação com os ícones “fundadores”, a propagação da memória política da “tradição”. Do mesmo modo, a identificação das *redes* de apoiadores de Leonel Brizola e de Pedro Simon, que se localizam no PMDB e no PDT, retratam igualmente as alianças verticais e a articulação de bases sociais diversificadas. Os compromissos entre estes *egos* e seus seguidores (Mayer, 1977), que administram igualmente cadeias de seguidores, evidenciaram a importância destas fidelidades pessoais para os alinhamentos políticos estabelecidos e para a reinvenção da *genealogia simbólica*.

A rede de “famílias de políticos” que acompanharam Leonel Brizola na formação do PDT no Rio Grande do Sul é formada por lideranças do antigo PTB que nutriam lealdade e identificação em relação ao ex-governador e estabeleceram alinhamentos e afastamentos locais com outras lideranças durante o regime militar. O PDT se formou, então, majoritariamente por políticos com origem política no período pré-64 e que tiveram ascendentes ou familiares com atuação política como: Alceu Collares (a esposa foi candidata a deputada), Getúlio Dias (o filho foi vereador), Otávio Caruso da Rocha (o avô, o pai, os tios e um primo ocuparam cargos eletivos), Romildo Bolzan (o filho foi vereador e prefeito), Daniel Dipp (o filho foi deputado federal e secretário de estado), Beno Orlando Burmann (o irmão foi prefeito, o sobrinho vice-prefeito e deputado estadual e o filho vereador), João Satte (o filho foi vereador), Sereno Chaise (a esposa foi deputada e vereadora e o filho candidato a deputado), Amauri Muller (o irmão foi deputado), Mathias Nagelstein (o filho foi candidato a prefeito e a deputado estadual), Eduardo Rolim (o pai foi prefeito e o sobrinho vereador, deputado estadual e federal), entre outros. Na seqüência, emergiram algumas lideranças mais jovens e vinculadas a “famílias de militantes trabalhistas” e a algumas personalidades com inserção regional. Entre eles estão os principais dirigentes do partido nas últimas décadas como: João Luiz Vargas (filho de militantes trabalhistas em São Sepé), Pompeu de Mattos (filho de agricultor assentado no processo de reforma agrária promovido por Brizola na década de sessenta e cabo eleitoral do PTB), Ciro Simoni (filho de uma vereadora em Osório e que ingressou na carreira política com o apoio de Romildo Bolzan), Vieira da Cunha (genro de Romildo Bolzan), Pedro Ruas (filho de um militante trabalhista e sobrinho de um ex-deputado federal pelo PTB e ex-vereadores pelo mesmo partido), Milton Zuanazzi (filho de um militante do PTB que chegou a ser secretário municipal em Bom Jesus), entre outros.

Entre as “famílias de trabalhistas” que optaram pelo PMDB identifica-se três processos que atuam simultaneamente

para esta adesão. Em primeiro lugar, a transmissão de rivalidades anteriores cultivadas pelos antepassados principalmente com Leonel Brizola, em segundo lugar a aproximação durante o regime militar com Pedro Simon no interior do MDB e em terceiro lugar a relevância dos alinhamentos locais e a manutenção de redes de seguidores já identificadas com o MDB. Entre os grupos que possuem tais características estão a família do suplente de deputado estadual Edson Brum (irmão do atual prefeito de Rio Pardo e filho de um ex-vice-prefeito pelo PMDB), do ex-deputado estadual Carlos Giacomazzi (filho e irmão de ex-deputados estaduais ligados inicialmente a Alberto Pasqualini e posteriormente a Siegfried Heuser e Pedro Simon), do ex-deputado Gleno Scherer (filho de um ex-prefeito de Venâncio Aires pelo PTB e irmão do atual ocupante do principal cargo político municipal ligados a Siegfried Heuser e posteriormente a Pedro Simon) e do ex-deputado Paulo Mincarone (filho de um ex-deputado pelo PTB vinculado a Alberto Pasqualini e pai de um deputado estadual pelo novo PTB).

A polarização em relação “tradição política” decorre de rivalidades e lealdades herdadas no período de atuação ainda no antigo PTB. Estes alinhamentos guardam relação também com os perfis sociais das “famílias”, demonstrando uma “tendência” de vinculação de “famílias” com “raízes” em segmentos mais “tradicionais” ou em inserções mais “populares” e de extração mais baixa, ao PDT (de Leonel Brizola), e “famílias” mais ligadas ao catolicismo e ao empreendedorismo comercial e local ao PMDB (de Pedro Simon). Logo, há igualmente uma associação dos seguidores de Leonel Brizola maior com Getúlio Vargas e João Goulart e dos aderentes à liderança de Pedro Simon a Alberto Pasqualini. Esta configuração se delinea devido à identificação dos grupos familiares com o perfil dos ícones (e a percepção das suas qualidades e atributos neles mesmos) e com a fidelidade aos *egos* das redes que já se posicionavam com base nesta divisão. Embora a referência aos dois fundadores (Getúlio

Vargas e Alberto Pasqualini) seja compartilhada e valorizada pelo conjunto dos casos.

No final da década de oitenta uma terceira rede se forma a partir de uma das mais significativas migrações do PMDB em termos de reflexos na composição de forças na política gaúcha e de disputa pelo espólio trabalhista. Esta foi liderada por Sérgio Zambiasi e originou o fortalecimento do PTB. Zambiasi é filho de marceneiro e ex-agricultor em Encantado. Embora não tenha ascendentes que tenham ocupado cargos eletivos, justifica sua aproximação com o trabalhismo através da origem familiar (o pai seria cabo eleitoral do antigo PTB). Além disso, declara-se admirador de Leonel Brizola e cultua a imagem e o “legado” de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini.

Comandando seu programa diário na rádio Farroupilha (uma das emissoras com maior audiência no estado e alcance em quase todo o território gaúcho), Zambiasi se elegeu deputado estadual em 1986 pelo PMDB. Durante seu primeiro mandato, respaldado por sua enorme votação pela qual passou a ser qualificado de “fenômeno eleitoral”, investiu na formação do Partido Trabalhista Brasileiro no estado. O potencial eleitoral auxiliou no recrutamento de quadros políticos atraídos pelas chances de eleição. Todavia, outros fatores contribuíram para a adesão de seguidores. Em primeiro lugar, a aliança com o deputado federal Paulo Mincarone que possuía uma vinculação familiar e pessoal com a sigla e uma rede de apoiadores conquistada através dos seus mandatos como deputado federal. Em segundo lugar, a identificação que buscou estabelecer entre quadros políticos por meio da associação entre filantropia e radialismo, recrutando para a legenda lideranças ligadas a igrejas e atividade em rádios locais como forma de atendimentos. Em terceiro lugar, ao vincular-se ao PTB, foi capaz de promover uma série de adesões de lideranças ligadas por origem familiar à sigla. Entre estes estão: o próprio ex-deputado federal Paulo Mincarone e seu filho Marcelo Mincarone; do ex-deputado Gleno Scherer, do seu irmão Glauco Scherer e do seu filho Alfredo Scherer Neto; da ex-deputada Terezinha Irigaray e recentemente do seu

filho Carlos Chaise; e de seus colegas de bancada na Assembléia Legislativa na década de noventa Caio Riela e Iradir Pietroski. Paulo Mincarone e Gleno Scherer são filhos de importantes lideranças do antigo PTB em Bento Gonçalves (o ex-deputado Aquiles Mincarone) e Venâncio Aires (o ex-prefeito por 4 vezes Alfredo Scherer) respectivamente. Iradir Pietroski e Caio Riela são filhos de vereadores pelo PTB no período que antecedeu ao golpe militar.

Esta série de alinhamentos e usos da do trabalhismo descritas nesta seção demonstram a importância das alianças e das rivalidades no interior deste espaço composto por protagonistas políticos que utilizam a referência ao passado como recurso de luta política. A combinação da afirmação de determinadas personalidades, as redes de lealdade acionadas e a tentativa de “resgate de referências” que ligam atores, história política e transmissão de patrimônios políticos, configuram uma dinâmica de enfrentamentos políticos em diferentes níveis e reinvenção da “tradição política”. A fixação de lealdades, enfrentamentos e “resgates” da história política em um processo em constante atualização e redefinição permitiram a perpetuação da crença no “legado” e na consagração dos ícones e símbolos que compõem esta *genealogia simbólica*. Contribuem para tanto os protagonistas das disputas estaduais e as lideranças locais vinculadas àqueles protagonistas e a seguidores locais por alianças verticais (para cima e para baixo). Os elementos que fornecem sentidos a essa idéia de “tradição política” circulam pelas redes e são retro-alimentados e dotados de novos significados pelos laços de reciprocidade que as formam.

Os processos de afirmação dos diferentes protagonistas também realçam as tentativas de fixação de novos trunfos políticos no espaço político gaúcho. Um longo processo de substituição do perfil das “elites políticas” e das carreiras se caracteriza. As “famílias” estabelecidas por meio da liderança no PRR, que antecedem ao período de redemocratização iniciado em 1945, são paulatinamente substituídas por “famílias” ligadas à imigração e com posição social de origem mais baixa e que

acumularam investimentos econômicos, sociais e escolares que possibilitaram a afirmação política. No cume destas redes passam a desempenhar papéis primordiais agentes com posição social de origem ligada a segmentos sociais outrora excluídos dos cargos e atribuições políticas centrais. Nas posições intermediárias (de liderança local), observam-se igualmente as ascensões de “famílias de políticos” que apresentam uma proximidade social, política e pessoal com os líderes e conquistam adesões nas suas áreas de influência social e política.

A diversidade social e a articulação entre homens políticos com posição social de origem diversa, estão presentes na própria formação da “tradição política”, na consagração da imagem dos seus dois fundadores e na referência mítica: Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. A celebração dos personagens e da história gaúcha por parte dos candidatos à sucessão torna manifesta não só a valorização dos ícones, mas as aproximações social, pessoal e política ativada pelos intérpretes e porta-vozes do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Neste processo, a política enquanto exercício de liderança carismática e como cadeias de reciprocidade, interliga a transmissão das fontes do carisma dos líderes e dos mecanismos de cultivo de lealdades. Isto, por sua vez, depende do esforço de “resgate do legado” e de vinculação pessoal e partidária empregados pelos agentes.

Referências Bibliográficas

ABÉLÈS, M. “La Reference Familiale”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L’Hérité en Politique*. Paris: Economica, 1992.

ABÉLÈS, M. *Jours Tranquiles en 89*. Paris: Odile Jacob, 1989.

BOURDIEU, P. *Méditations Pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Lingüísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, P. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

BOURDIEU, P. “Le Capital Social”. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, (2,3), juin, 1980.

BRIQUET, J.L. “Une Histoire de Famille”. PATRIAT, C., PARODI, J. (Orgs.) *L’Hérité en Politique*. Paris: Economica, 1992.

COLLOVALD, A. *Jacques Chirac et le gaullisme. Biographie d’un Héretier à Histories*. Paris: Belin, 1999.

CORADINI, O. “Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais”. FELIX, L.O.; ELMIR, C.P. (Orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

GAXIE, D. *La Démocratie Représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.

GEERTZ, C. “Centros, Reis e Carisma”. GEERTZ, C. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRILL, I.G. Parentesco, Redes e Partidos: As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/ UFRGS. Tese de Doutorado, 2003

LANDÉ, C.H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions*. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

LE BART, C. “La Mairie en Heritage”. *Politix*, nº 27, 1995.

MAYER, A.C. “The Significance of Quase-group in the Study of Complex Societies”. SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions*. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

MUXEL-DOUAIRE, A. “Une histoire exemplaire: obstinations et nouveauté dans la transmission d’une tradition politique familiale”. *Pouvoirs*, n.º 42, 1987.

OFFERLÉ, M. *Les Partis Politiques*. Paris: PUF, 1987.

PATRIAT, C. “Perspectiva Cavalière”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L’Héredité en Politique*. Paris: Economica, 1992.

SENTO-SÉ, J. T. *Brizolismo: Estetização da Política e Carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

